

ATA DA 054ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Eni Voltolini - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Não há expediente a ser lido.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Primeiramente, passo a Presidência desta sessão para o deputado Manoel Mota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr, presidente, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria de falar, nesta manhã, ao povo catarinense sobre o Plano Safra 2014/2015 da agricultura familiar no Brasil, fazendo uma ligação com o estado de Santa Catarina. A presidente Dilma fez o anúncio na última segunda-

feira, dia 29, do Plano Safra 2014/2015 da agricultura familiar do país.

Ao mesmo tempo quero fazer memória ao processo que tem norteado, por todos esses anos, o Plano Safra no país, tendo em vista que o Plano Safra 2002/2003, à época do presidente Lula, era de R\$ 2,3 bilhões, sendo que nem todo o valor previsto foi acessado pelos agricultores familiares brasileiros. É importante dizer também que no Plano Safra 2013/2014 tivemos à disposição da agricultura familiar R\$ 21 bilhões. Quer dizer, houve um acréscimo anual extremamente significativo no atendimento das políticas relacionadas à agricultura familiar neste país. E estão previstos para o Plano Safra 2014/2015 a cifra de R\$ 24,1 bilhões.

Observamos que no Plano Safra 2014/2015 para o estado de Santa Catarina está estimado um valor maior do que aquele que se tinha em 2002/2003, quando o presidente Lula assumiu, pois está na casa dos R\$ 2,8 bilhões.

São dados extremamente importantes até pelo que representa a agricultura familiar no país. Se olharmos bem, hoje, a agricultura familiar é responsável por 70% dos produtos consumidos à mesa dos trabalhadores e trabalhadoras dos cidadãos e cidadãs deste país, enquanto o agronegócio é responsável por 30% desses alimentos.

Portanto, são dados extremamente importantes e comprometedores com relação a esses investimentos voltados à agricultura familiar. A produção dos alimentos dentro da agricultura familiar chega a 40% da produção global, enquanto dentro do agronegócio chega à sigla de 60%, só que, claro, se formos comparar com os recursos destinados a um setor ou a outro, são extremamente diferenciados, uma diferença enorme. Portanto, para esses investimentos que estão previstos para o Plano Safra, 2014/2015, passamos de 900 mil contratos de financiamento pelo Pronaf para mais de dois milhões, isso na última safra, 2013/2014. Portanto, existe uma perspectiva também de um aumento, de uma ampliação desses contratos dentro da agricultura familiar. Este ano em torno de um

milhão e seiscentas famílias já acessaram os recursos do programa.

E aqui é importante frisar também que dentre as políticas contempladas pelo plano está a Assistência Técnica de Expansão Rural - Ater - um programa extremamente importante, porque nós teremos a qualificação e o desenvolvimento dentro agricultura familiar, exatamente quando se pensa em assistência técnica ao mesmo tempo em extensão rural.

O programa Mais Alimento e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, são as políticas contempladas dentro da nossa política de fomento à agricultura familiar no Plano Safra de 2014/2015. O Mais Alimento foi um Plano Safra que os agricultores e as agricultoras passaram a contar. O programa Mais Alimento financia aos nossos agricultores e agricultoras a diversificação e, ao mesmo tempo, também a estruturação da unidade produtiva e aquisição de máquinas e de novos equipamentos como, por exemplo, resfriador de leite, produtos para a pesca e aquicultura, o sistema de irrigação, tratores, ordenhadeiras, instalações e outras ações, outros programas, dentro do programa Mais Alimentos.

De julho de 2008 a junho de 2013 foram aplicados no programa Mais Alimentos mais de R\$ 15 bilhões nos projetos de produtores rurais. Então, é um recurso que tem transformado para melhorar a vida de centenas de famílias que atuam, que trabalham, vivem na nossa agricultura familiar. E, no mesmo período, o programa financiou mais de 75 mil tratores e 47 mil veículos de transporte de carga. Por isso, é que comemoramos os 12 anos do Plano Safra com importantíssimos avanços nas políticas públicas para o setor.

Tivemos esta mesma direção na inclusão do seguro da agricultura familiar. Um programa extremamente importante, porque é para o nosso agricultor familiar que não possui nenhuma garantia, vive uma constante insegurança ao colocar a semente na terra, ao cultivar a terra, porque não se sabe o que o tempo, o clima, poderá

proporcionar. Por isso, o Seguro Agrícola adotado, construído pelo governo, sem dúvida nenhuma, é de uma importância extraordinária para os nossos agricultores e agricultoras familiares.

O Programa de Garantia de Preço é extremamente significativo e importante, porque não é o agricultor que coloca o valor do seu produto, como ocorre em outros setores, é ele que vai comercializar aquilo que produz, estabelecendo o preço da mercadoria. No entanto, o agricultor não tem essa autonomia para poder dizer o quanto vale o saco de milho, o saco de feijão, o saco de arroz ou o preço do peixe, o preço da uva ou do leite, mas ele pode ter a autonomia de determinar o valor daquilo que ele produziu. Por isso que a garantia de preços é extremamente importante para o nosso agricultor, para a nossa agricultora que vivem da safra, daquilo que produzem na terra. A entrada da aquisição de alimentos, - já havia comentado aqui,- é extremamente inovadora e tem transformado a vida de centenas e centenas de famílias que vivem na nossa agricultura. A aquisição de alimentos, que é o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA -, é extremamente transformador dentro da nossa agricultura familiar. Esse programa, além de beneficiar aquele que produz o alimento, beneficia a outra ponta, onde esse produto, esse alimento é colocado para atender as diferentes demandas e necessidades da nossa população.

A questão da alimentação escolar é outro programa extremamente importante, que tem contribuído enormemente com a nossa agricultura, não somente no estado, mas em nível de país, pois se estabeleceu que 30%, no mínimo, deveria ser adquirido da nossa agricultura familiar. Portanto, são vários programas, várias ações que estão transformando a vida da nossa agricultura familiar por todo este nosso interior, pelo nosso estado, em nível de país. Por isso, é que nós acreditamos, enormemente, que o Plano Safra, de 2014/2015, virá com uma força extraordinária, no sentido de ampliar essas políticas públicas que vêm sendo construídas há 12 anos em nível de país e que,

certamente, farão muito bem para a nossa agricultura familiar, camponesa, no estado de Santa Catarina e no nosso país.

Eu gostaria de terminar a minha manifestação fazendo um convite a todos os srs. parlamentares, deputadas e deputados, para hoje, à noite, participarem aqui, no hall desta Casa, da 4ª Mostra do Vinho produzido em Santa Catarina. Nós já realizamos essa mostra em três momentos e estaremos, nesta noite, fazendo a 4ª Mostra dessa importante cadeia da vitivinicultura do estado. Nós queremos através disso dar, não somente publicidade, mas visibilidade a essa atividade que tem gerado renda e qualidade de vida para centenas e centenas de famílias no nosso estado.

Então, deixo aqui o convite a todos os srs. deputados e sras. deputadas para participarem desta festa, nesta noite, no hall desta Casa, em comemoração ao Dia do Vinho, que é comemorado no primeiro final de semana do mês de junho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Gostaria com muita alegria registrar a presença de algumas pessoas aqui, neste plenário. Vou citá-las e v.exa. vai entender o motivo. Quero registrar a presença do prefeito de Nova Trento, Gian Francesco Voltolini; também do vice-prefeito de Porto Belo, sr. Giovanni Paolo Voltolini, que sucedem a administração vitoriosa de Presidente Nereu, do Vanderlei Voltolini. E, hoje, esta Casa, recebe o Eloisio Voltolini, que faz parte da mostra de vinho, a que se referia o nosso presidente em exercício, deputado Padre Pedro Baldissera.

Deputado Manoel Mota, imagine a alegria que este coração sente ao ver e receber neste plenário

essas pessoas que iniciam suas vidas públicas e ocupando espaços tão importantes do nosso município.

Portanto, era esse o registro que gostaria de fazer e agradeço pela concessão do tempo.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Esta Presidência também registra e agradece a presença das autoridades.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Da mesma forma, sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do vereador Pedro Magnagnagno, do município de Tangará, acompanhando o secretário do município e alguns empresários e agricultores que estão expondo aqui sua pujança na fabricação de vinho, bem como a qualidade do vinho produzido no município e região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) -
Sejam bem-vindos a esta Casa!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, na noite de ontem tivemos uma sessão solene no município de Joinville, mais precisamente na Mitra Diocesana daquele município, e contamos com a presença do deputado Eni Voltolini, Reno Caramori, Darci de Matos, mentor da homenagem aos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina, e tivemos justificada a falta do deputado Kennedy Nunes, bem como do presidente deste Poder por terem compromissos já agendados.

A referida sessão homenageou a Associação Catarinense de Bombeiros Voluntários ou Associação de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina pelos seus 20 anos trabalhando e procurando aglutinar, conversar e defender o segmento diante de tantas situações que se sucedem e são contrárias à

continuidade dessa categoria em Santa Catarina. Foi uma sessão emblemática, eu diria, porque acho que nunca os bombeiros voluntários de Santa Catarina viveram o que estão vivendo. Tenho um conhecimento, não apenas municipal como também estadual sobre o assunto, e passei a ter um conhecimento mais profundo desse problema.

Porém, no momento vivemos uma situação bastante periclitante no que diz respeito à situação dos bombeiros voluntários de Santa Catarina.

Tivemos uma reunião em Araquari sobre a instalação dos bombeiros voluntários naquele município e o que deveria ser motivo de alegria - até porque com a ida dos bombeiros voluntários para o referido município teríamos um somatório de esforços no sentido de proteger melhor a população em relação a catástrofes, incêndios, etc -, transformou-se num problema, porque estamos sentindo, não apenas lá, mas também em outros lugares que, aonde vai o bombeiro militar há uma tendência forte, quase uma determinação, em exterminar o bombeiro voluntário, ou seja, sufocá-lo de tal maneira até o momento de sua extinção, cerceando a sua liberdade de ação, seus movimentos, a possibilidade de fiscalização.

Muitos não sabem, mas o bombeiro voluntário de Joinville é talvez a mais antiga entidade do Brasil. É o precursor dos bombeiros voluntários deste país e um exemplo para o país inteiro. Agora, bombeiro voluntário de Joinville, mais especificamente deste município, não sofre tanto o problema, porque é uma cidade pujante, grande e onde existem forças políticas do município defendendo essa entidade. Por isso, mesmo com algumas tentativas, o bombeiro militar em Joinville não conseguiu fazer o que está fazendo em cidades menores, onde ele se instala e depois vai sufocando aos pouquinhos o bombeiro voluntário.

Fico triste porque não deveria ser assim, porque o bombeiro militar vem dotado de muita qualidade, de uma estratégia muito boa de trabalho, de equipamentos muito bons, enfim, tem

toda uma infraestrutura que traz para a cidade, e deveria, em função disso, trazer para si também o bombeiro voluntário para trabalharem juntos, tranquilamente, somando para o bem-estar do município. E o que estamos vendo no bombeiro militar é um corporativismo muito forte e uma tentativa de esmagamento de extermínio com o bombeiro voluntário.

São dois problemas seriíssimos. Fico triste, porque temos inúmeros municípios em Santa Catarina que não possuem bombeiros que deveriam ser alcançados pela instalação de uma companhia de bombeiros militares, pois é para isso que eles foram criados, para auxiliar as cidades que não possuem bombeiros. E onde já existe bombeiros o governo deveria orientar, ajudar o bombeiro voluntário a melhorar sua qualidade, se somar aos bombeiros militares, trabalharem em conjunto.

Veja, o caso de Araquari, srs. deputados e srs. telespectadores, onde temos verdadeiros heróis trabalhando com os bombeiros voluntários. Em Joinville temos uma equipe de abnegados trabalhando o tempo inteiro.

E no município de Araquari temos grandes indústrias, como a BMW, e é evidente que somente o bombeiro voluntário como está, com suas limitações, com falta de ajuda que tem, não daria conta, então deveria vir o bombeiro militar, como já chegou, mas para se somar ao bombeiro voluntário para que essas duas entidades, abraçadas, atendam as necessidades do município, das empresas. Mas não estamos vendo isso. O que está acontecendo é que o bombeiro militar está se instalando e aos pouquinhos esganando o bombeiro voluntário, devagarzinho, até ele desacordar. É isso que está acontecendo em Araquari e vai acontecer em outros municípios. Não deveria ser assim, eles deveriam trabalhar juntos, abraçados de forma integral, amistosa. Nós teríamos um atendimento muito maior e nossa população seria muito melhor atendida.

De qualquer maneira fica aqui a minha homenagem a Associação dos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina enaltecendo também a iniciativa

do deputado Darci de Matos que, de forma muito apropriada, faz esta sessão solene no município de Joinville, em uma homenagem justa aos nossos bombeiros voluntários.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Eni Voltolini, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Sras. deputadas e srs. deputados, bom-dia!

Eu quero dar continuidade à questão que o deputado Nilson Gonçalves falava e repercutir também uma questão sequencial na linha de ferrovias.

Ontem à noite o deputado Nilson Gonçalves já relatou em detalhes esse assunto e tivemos discutindo como se presta serviços públicos em Santa Catarina. A bancada do Partido Progressista, deputado Nilson Gonçalves, quer colocar um foco e talvez mexer um pouco nesse assunto, porque nós não estamos entendendo o que está acontecendo em Santa Catarina, efetivamente.

Sempre se entendeu que as pessoas desejam receber o melhor atendimento possível nos chamados serviços públicos, sociais, seja de onde eles vierem. E nós estamos vivendo um paradoxo no estado de Santa Catarina, inclusive, estamos começando a discutir se o atendimento do serviço de bombeiros voluntários é melhor do que o de bombeiros militar e vice-versa.

Enquanto isso 171 municípios do estado de Santa Catarina não tem nenhum tipo de bombeiro, e nós ficamos, como deputados, muitas vezes, a mercê de um processo de tentar ficar ao lado de um ou de outro. Isso é injusto, muito injusto, porque a prestação de serviço é desejada por todos e nós não estamos aqui para discutir qual deles é o melhor.

Nós queremos apelar para o bom senso e pedir que se dê um basta nesta questão.

Quando faltam recursos públicos, todos nós durante todos os dias estamos aqui a discutir como fazer chegar a cada município de Santa Catarina alguma emenda parlamentar, alguma transferência voluntária, seja do governo federal ou do governo estadual. E quando, então, a sociedade se organiza e quer prestar serviços de uma forma mais econômica nós ficamos a discutir, como se isso fosse alguma coisa errada?

Eu tenho certeza de que entre os bombeiros voluntários existem tantas pessoas de bom senso quanto nos bombeiros militares. E estas pessoas precisam conversar, pois elas não são adversárias. Elas convergem para um bem comum, o bem da preservação da vida, a preservação do patrimônio. Esta assembleia já viveu momentos acalorados, e eu acompanhei como cidadão catarinense, em que as posições sobre esse assunto pareciam muito mais antagônicas do que convergentes.

Espero que exista em Santa Catarina a vontade de convergir neste aspecto, que exista a vontade de cobrir com a prestação de serviços os 171 municípios onde não há essa prestação de serviços, para que eu não pense que a única coisa que possa estar movendo esta questão seja a arrecadação de recursos. Eu me recuso a acreditar que isso é o que move essa discussão. Eu me recuso a acreditar que corporações tão importantes como a Polícia Militar de Santa Catarina, onde, felizmente, tenho muitas pessoas que respeito - a exemplo do episódio que vivi em São Francisco do Sul como Secretário de Meio Ambiente, em que pessoas de fardas de cores diferentes buscavam exatamente a mesma coisa: a preservação da vida das pessoas que lá estavam e a garantia do patrimônio - se separem por questões menores.

Este é o apelo que quero fazer aqui em nome da bancada do Partido Progressista.

E quero iniciar uma questão que não é nova neste plenário: a questão das ferrovias.

O deputado Silvio Dreveck já abordou bastante esse assunto em nome da nossa bancada, vários outros parlamentares já fizeram isso e estou apenas fazendo coro e me somando a essas questões.

De 1994 a 1998 estive pela primeira vez aqui neste Parlamento e naquela época já se falava de uma ferrovia que atravessaria no sentido leste/oeste o estado de Santa Catarina.

Desde 1995 se fala disso e ela era apelidada de Ferrovia do Frango, porque serviria para o escoamento desta produção em larga escala, e Santa Catarina hoje se orgulha de ser um grande produtor de carnes, especialmente de aves e suínos.

De lá pra cá continuamos a discutir, continuamos a falar do assunto. Neste ano, neste mês que estamos vivendo, maio de 2014, faz um ano da assinatura do edital no município de Chapecó. Foi assinado o edital para o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental da ferrovia de integração. Foi acrescida a extensão desta ferrovia, que iniciará em Dionísio Cerqueira, e imagina o percurso até o município de Itajaí, são 862km de ferrovia.

Uma das discussões que prevalece neste momento é se ela deveria caminhar no sentido do planalto norte ou se deveria vir pelo vale do Itajaí até Itajaí. E, enquanto se discute isso, nós estamos sem rodovia.

Irei abordar este tema. Padre Pedro Baldissera, em outra oportunidade, pois estou inscrito em Explicação Pessoal. Pretendo fazer com que todos nós nos engajemos numa luta em favor da ferrovia, seja por onde for. Nós precisamos da ferrovia para promover a integração do nosso estado.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA) - Ainda dentro do horário destinado aos partidos políticos, o próximo horário pertence ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Gelson Merisio.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Gelson Merisio, fará uso da palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado sr. presidente. Seria uma satisfação o deputado Gelson Merisio compartilhar da sua viagem à Itália conosco, mas fica para uma próxima ocasião.

Eu gostaria, deputado Eni Voltolini, apenas de fazer um adendo ao seu discurso sobre a questão das ferrovias.

Temos acompanhado de perto e participamos de uma audiência na última segunda-feira em Tubarão sobre a ferrovia litoral sul, em especial também a problemática hoje em relação não apenas a Tubarão, mas também a Joinville, Jaraguá do Sul, sobre a questão da rota dos trens, da mobilidade urbana, um problema que já vem se arrastando há décadas, e traçávamos um paralelo inclusive com Criciúma. Seria impensável planejar a cidade de Criciúma hoje sem a avenida Centenário, por onde passava a antiga estrada de ferro.

Também em tubarão, sr. presidente, tivemos a oportunidade de sermos homenageados pela Câmara de Vereadores graças a nossa atuação na área de combate e prevenção às drogas. E eu quero agradecer a Câmara de Vereadores de Tubarão pelo título de honra ao mérito que nos foi outorgado através de proposição do vereador Lucas Esmeraldino. Foi uma satisfação e mesmo não merecendo receber esta honraria esperamos corresponder à confiança que mais uma vez a nós foi delegada pela Câmara de Vereadores de Tubarão.

Quero dar boas-vindas ao nosso deputado blumenauense Paulo França, do PMDB, que assumiu no dia de ontem, colocando em evidência, mais uma vez, a força do vale do Itajaí. Hoje esta Casa conta com quatro deputados de Blumenau! Desejo sucesso e que v.exa. possa, nesses 60 dias que aqui estará ou talvez até mais, trazer boas contribuições para o estado catarinense.

Tivemos ontem, deputado Sargento Amauri Soares, a satisfação de conhecer eu não conhecia ainda, o Batalhão de Polícia de Choque da nossa capital, um belíssimo local, um espaço muito estratégico para visualizar a cidade. Fomos àquele batalhão fazer uma homenagem a um sargento e dois soldados por atos de bravura na capital e foi muito bom entender um pouquinho como funciona o Batalhão de Polícia de Choque da nossa cidade. E oxalá, pudéssemos ter essa estrutura espalhada por

todo o estado de Santa Catarina, contribuindo para a segurança de todos nós catarinenses.

Mas aproveito, sr. presidente, os minutos destinados ao meu partido nesta manhã para trazer uma rápida reflexão sobre o dia 31 de maio, quando celebramos o Dia Mundial Sem Tabaco.

(Passa a ler.)

"O Dia Mundial Sem Cigarro, data que foi criada em 1987, pela Organização Mundial da Saúde, (OMS) para alertar sobre as doenças e mortes evitáveis relacionadas ao tabagismo.

No Brasil, o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, chamado Inca, órgão do Ministério da Saúde, que coordena as ações de prevenção e controle do câncer e também é um Centro Colaborador da OMS para o controle de tabaco, é o responsável pela divulgação e comemoração da data, se assim podemos dizer desta data, de acordo com o tema estabelecido a cada ano pela Organização Mundial da Saúde.

E este ano o tema escolhido foi: *A Interferência da Indústria do Tabaco*. Com foco também nos danos que a produção e o uso de tabaco provocam no meio ambiente, na exploração do trabalho infantil e nas consequências do fumo passivo, o tema no Brasil é *Fumar: faz mal para você, faz mal para o Planeta*.

Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde, OMS, o tabagismo mata anualmente cerca de seis milhões de pessoas por ano, e um milhão delas no continente americano.

Não há dúvida de que o tabagismo continua sendo o fator de risco mais importante nas doenças crônicas comuns como: o câncer, doenças cardiovasculares, diabetes e doenças respiratórias.

Em março de 2012 a Fundação Mundial do Pulmão informou que, em 2010, as seis principais fabricantes de produtos de tabaco do mundo tiveram lucros de US\$ 35,1 bilhões, equivalente ao faturamento da Coca-Cola, da Microsoft e do McDonald's juntos.

Ainda segundo informação da Organização Mundial da Saúde, na questão de óbitos decorrentes

do tabagismo, a estimativa é que em duas décadas o número aumente para oito milhões, com 80% dos óbitos em países com menor renda. E a OMS alerta: 'o tabaco mata mais que tuberculose, Aids e malária juntas'. No Brasil, de acordo com dados do Inca, de 2012, 11% das mortes do país são atribuíveis ao tabaco. É um número considerável. Entre as provocadas por câncer de pulmão, traquéia e brônquios, 72% se deve ao tabagismo." [sic]

Portanto, não há dúvida que o tabagismo continua sendo a principal causa de morte evitável em todo o mundo. E para esse dia de reflexão, o próximo dia 31 de maio, O Dia Mundial Sem Tabaco, prevalece o velho bordão, sr. presidente, que a única forma segura de fumar, é não fumar. Talvez filosófica a proposta, mas prática. A única forma segura de fumar é não fumar.

E como presidente da comissão de Combate e Prevenção às Drogas desta Casa, cabe a nós trazer essa reflexão do Dia Mundial Sem Tabaco a ser celebrado no próximo dia 31 de maio. Muito obrigado, sr. presidente, eram essas as nossas considerações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Leis n.s: 0008/2014, 0084/2014, 0276/2013.

Também comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0112/2014 e 0694/2013.

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0029/2014, 0042/2014, 0098/2014, 0099/2014, 0113/2014, 0674/2013.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0326/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0243 e 0244, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Comunica, outrossim, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0494, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0495, de autoria do deputado Jailson Lima; 0497, de autoria do deputado Darci de Matos; 0498, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e 0499, de autoria do deputado Silvio Dreveck.

Moção n. 0050, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao deputado federal Paulo Rocha, manifestando apoio à Proposta de Emenda à Constituição n. 150/2003.

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, penso que o autor da matéria não se encontra no plenário e eu confesso que também não conheço a proposta da emenda.

Então, é importante que o autor nos dê uma satisfação do conteúdo desta matéria, porque senão ficamos aprovando ou rejeitando matérias que desconhecemos.

Portanto, peço a v.exa. que retire de pauta a matéria para que o autor possa dar uma satisfação sobre a proposta que trata de emenda à Constituição, porque quando se trata de emenda à Constituição é matéria relevante.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Sem dúvida nenhuma, deputado Silvio

Dreveck, eu posso ajudá-lo dando um esclarecimento. Está em minhas mãos a moção que trata da Emenda à Constituição n. 150/2003, que acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para a destinação de recursos à cultura.

Esta é a moção encaminhada pelo deputado Antônio Aguiar, que destina certamente recursos a mais para a cultura.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, eu agradeço o esclarecimento de v.exa., porque agora sabemos o que vamos votar. Em nome da nossa bancada progressista, queremos enaltecer a sua explanação, pois com isso v.exa. nos permite votar a favor.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado Silvio Dreveck, v.exa. está repleto de razão. Não dá para votarmos matérias sem termos de fato conhecimento do que estamos votando.

Continua em discussão a moção.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 038, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre a quantidade de infrações por consumo de bebidas alcoólicas que foram lavradas pelo Detran/SC em rodovias do estado no período entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013.

Em discussão.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, esta é apenas uma forma de atualizarmos os dados da comissão, lembrando que

em 2012 tivemos cerca de 11 mil infrações dessa trágica combinação álcool e volante nas estradas de Santa Catarina. Portanto, precisamos atualizar os números de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Queremos somente saudar e agradecer a contribuição que traz a este plenário o deputado Ismael dos Santos, porque abordávamos há alguns dias, e isso vai ao encontro dessa questão, a tragédia que Santa Catarina vive ocupando a vice-liderança nesse *ranking* dramático do maior número de acidentes de trânsito do Brasil. São duas mil pessoas mortas a cada ano em Santa Catarina e seis mil pessoas com sequelas devido a esses acidentes, e na grande maioria dessas pessoas foi devido à ingestão de bebidas alcoólicas também.

Então, é muito bem-vinda toda a informação que possa dar uma dimensão exata do nosso desafio. E talvez, na soma dos 40 parlamentares, deputado Padre Pedro Baldissera, possamos enxergar a curto espaço de tempo o declínio desse número tão trágico que tantas vidas ceifa e que tantas outras deixa comprometidas, por conta desse conjunto que envolve também o trânsito, a ingestão de bebidas, a ingestão de drogas, o descuido, a velocidade e tudo mais.

Quero somente saudar e cumprimentar o deputado proponente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.
Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Eni Voltolini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Sr. presidente e srs. deputados, quero abordar dois temas. O primeiro é a continuidade do tema que fazia abordagem em nome da bancada do Partido Progressista. E aqui estou também em nome dela para dar continuidade ao desafio que Santa Catarina tem para a melhoria dos transportes, especialmente na questão ferroviária.

Quero relembrar aquilo que falava. Essa questão de discutir uma ferrovia que integraria o leste e o oeste de Santa Catarina não é nova nem serei eu a primeira pessoa a fazer uso dessa informação. Então, não estou avocando para mim a prerrogativa de falar do assunto, mas, sim, de me juntar a tantas pessoas que não conseguem entender que Santa Catarina até hoje não tenha ainda uma ferrovia leste-oeste.

Estudos, discursos, depoimentos, audiências públicas e reuniões já aconteceram aos montes. No ano passado, neste mês de maio, aconteceu em Chapecó a assinatura do edital para o estudo de viabilidade econômica, financeira e ambiental para que pudéssemos estar tratando do assunto. Tentei ontem por várias vezes falar com quem coordena o Fórum Parlamentar de Ferrovias, o deputado Pedro Uczai. Infelizmente, não tive o retorno da assessoria ou do próprio parlamentar para que ele pudesse me atualizar a respeito do andamento dessas questões.

Enquanto isso, especialmente as pessoas do oeste de Santa Catarina, vivem à mercê de discutir como fazer para que a sua principal produção, a sua principal atividade, enfrente a competitividade e faça a discussão do frete que sempre impacta muito fortemente em qualquer transporte de mercadorias produzidas. A ferrovia que antes era chamada de Ferrovia do Frango, e que agora optamos pela denominação de Ferrovia de Integração, é essencial para Santa Catarina. Não devemos nos prender a detalhes que querem discutir

se ela deve ir pelo planalto norte ou pelo vale do Itajaí, o que nós temos fazer, e aqui quero conclamar o Fórum Parlamentar Catarinense, que nesse momento é coordenado pelo deputado federal Esperidião Amin, do nosso partido, é pautar esse assunto como uma das prioridades de Santa Catarina.

Falava há pouco aqui o deputado Nilson Gonçalves sobre as questões que nos envolvem nos Parlamentos e a necessidade de priorizarmos assuntos que são preponderantes para Santa Catarina. Nós precisamos priorizar essa questão e a bancada do Fórum Parlamentar Catarinense tem que entender que temos que nos concentrar em alguns temas, porque, de outra forma, será mais uma legislatura que irá terminar sem que avancemos em questões que são fundamentais para o estado de Santa Catarina.

A bancada do Partido Progressista, nesta Assembleia, neste momento, apela ao Fórum Parlamentar Catarinense, aos srs. 16 deputados federais, aos nossos três senadores que continuem nesta luta, pois não é possível que passe mais um período de governo sem que a gente, efetivamente, inicie esse trabalho. Nós estamos aí a discutir a ferrovia litorânea, sobre a qual tanto já se comentou, estamos discutindo desvios de ferrovias, que estão paradas, e precisamos mudar essa regra sob o risco de que a população de Santa Catarina fique descrente com relação as nossas atitudes e as nossas ações. As pessoas precisam e esperam que os parlamentares de Santa Catarina, seja em nível estadual ou federal, ultrapassem questões partidárias e não fiquem discutindo a que partido pertencem, lembrem-se da grande necessidade de olhar pelo nosso estado e façam aquilo que os outros estados fazem. Enquanto que nós estamos aqui a discutir detalhes sobre a Ferrovia da Integração o estado do Paraná se une e vai caminhar fortemente para defender o seu ponto de vista sobre a ferrovia.

O deputado Silvio Dreveck fez um estudo muito interessante sobre este tema e precisamos nos unir na direção das prioridades de Santa Catarina.

Entendo que as ferrovias, especialmente a Ferrovia da Integração Leste/Oeste e a Ferrovia Litorânea são prioridades para Santa Catarina.

Num segundo momento dessas minhas explicações pessoais quero me ater a uma manifestação que ontem foi acolhida aqui a respeito da aprovação de uma indicação da deputada Angela Albino, que recomenda ao Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina averiguar possíveis irregularidades na contratação de serviços de concessão no fornecimento de água e no tratamento de esgoto em São Francisco do Sul.

Lá em São Francisco do Sul, ontem à noite, o vereador que representa o partido da deputada Angela Albino já distorceu a informação e disse que aqui nós tínhamos aprovado uma indicação para a Assembleia Legislativa fiscalizar essas questões. É bom que a gente comece a entender o regime de competências de cada instituição, senão, a Assembleia Legislativa, daqui a pouco, vai descuidar das coisas que lhe competem e vai querer a se atrever a fazer fiscalizações nos municípios que são de responsabilidade, primeiramente, das Câmaras Municipais de Vereadores, e o Tribunal de Contas sempre estará com a responsabilidade que lhe cabe para fazer todas as fiscalizações.

Eu quero dizer a todas as pessoas que se interessam pelo assunto que muito antes dessa indicação, já no dia 22 de abril, a prefeitura de São Francisco do Sul encaminhou para o conselheiro Salomão Ribas Junior, que é presidente o Tribunal, o Ofício n. 113/2014, apresentando o edital de concessão e mostrando essas questões à análise, fazendo exatamente aquilo que um bom prefeito, que um bom administrador deve fazer. Quem faz as coisas de forma transparente, de forma responsável, de forma honesta, não tem que se preocupar com fiscalizações, pelo contrário, o Tribunal de Contas passa a ser um instrumento auxiliar.

Portanto, totalmente inócua aquela indicação que ontem foi apresentada, porque já em abril o município de São Francisco do Sul, administrado pelo prefeito do Partido Progressista, Luiz Zera,

já encaminhava à análise do Tribunal de Contas toda a documentação para o estudo da concessão de serviços de água e de controle do esgoto de São Francisco do Sul.

Queria fazer esse registro para que as pessoas não se despreocupem com alguns temas que são tratados na normalidade dos municípios e não transformem a normalidade administrativa de um município numa questão político-partidária. Isso é um desserviço que prestamos, mas se, por acaso, e vamos considerar a boa-fé da deputada, a intenção era de conduzir adequadamente essa situação, quero então trazer esse esclarecimento a todos nós e está aqui o documento já protocolado em abril. Portanto, há um mês, dando os encaminhamentos ao Tribunal de Contas dentro da legalidade e dentro da normalidade administrativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário das Explicações Pessoais, com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha pela TVAL, Rádio Alesc ou aqui nesta Casa a sessão desta quarta-feira, queria fazer referência primeiramente, ao pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves nesta tribuna no dia de hoje. Gostaria de dizer que não pedi um aparte porque não queria fazer e não farei nenhuma discussão ácida a respeito deste assunto que foi tão bem aparteado pelo deputado Eni Voltolini aqui presente. Não tenho a menor intenção em fincar estacas para demarcar posição e fazer uma briga acerca dessa questão da relação entre os bombeiros militar e voluntário. Nós já debatemos aqui bastante nos últimos anos a respeito deste assunto.

A PEC aprovada aqui, ou melhor, a emenda que foi colocada aqui neste Parlamento à PEC que veio do poder Executivo foi considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça. Nós já sabíamos e todo mundo medianamente esclarecido em

termos constitucionais e jurídicos poderia saber e sabia antes que a emenda que dizia que nas cidades onde estão instalados os bombeiros voluntários o prefeito escolhe qual a organização vai prestar o serviço e, naquela cidade, a instituição escolhida terá poder exclusivo de polícia, porque isso que eu falei até agora ainda esta no Supremo Tribunal Federal sendo debatido. Mas o que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina considerou inconstitucional é dizer que naquelas cidades o poder de polícia era exclusivo da entidade voluntária.

E isso eu creio está claro e pacífico e precisa ser o entendido de todos os srs. deputados, hoje, até porque é uma decisão do pleno do Tribunal de Justiça Catarinense, ao nosso ver, acertada. Por isso, parabênizo aquele Poder do estado, da mesma forma que crítico quando discordo de alguma coisa, e gostaria de dizer que era esse o nosso argumento em todos os debates havidos no ano passado.

Eu não creio que seja verdade afirmar que o bombeiro militar quer extinguir, sufocar, enforçar, aniquilar o bombeiro voluntário. Mas o que tem de divergência, e o ponto que tem de divergência, deputado Eni Voltolini, é o fato de que uma entidade que não é estatal, é uma entidade da iniciativa privada, da sociedade civil, melhor dizendo, que realiza uma atividade nobre, evidentemente, digna de aplauso, e não é demagogia, não estou dizendo isso para fazer uma volta no discurso, um proselitismo, salvar vidas é sempre uma atividade que precisa ser aplaudida. Mas o que não dá para concordar, e aí no nosso ordenamento jurídico ou no ordenamento jurídico de qualquer sociedade, é que uma entidade não estatal possa ser concorrente, possa estar em pé de igualdade em termos de poder, e neste caso com mais poder, porque ele teria poder exclusivo num determinado território, numa jurisdição, do que o próprio estado.

Esse é o elemento que nos leva a entrar em discordância. No mais, eu já contribuía e votei junto, inclusive, a participação do governo do

estado em melhores condições materiais para os bombeiros voluntários. Então há essa posição.

O que está colocado é que não pode, deputado Eni Voltolini e demais pares deputados, em hipótese alguma, dizer que em determinada circunscrição, em determinado território do estado de Santa Catarina ou deste país, Brasil, uma instituição pública não possa entrar para realizar a sua missão constitucional. Como imaginar que uma instituição pública não possa entrar em qualquer lugar do país, ou do estado, para realizar a sua missão constitucional.

Daí que usei uma frase aqui nos calores do debate no ano passado, de que Joinville não era uma República, ou que teria dito que os vereadores de Joinville, os deputados federais de Joinville estavam aqui, e o deputado Darci de Matos, com todo respeito, entendeu que eu estava dizendo que os deputados estaduais de Joinville são federais.

Não, porque se Joinville é uma República, ou seja, não aceita a legislação, a Constituição Federal e Estadual, é uma República à parte. Então os vereadores são os deputados federais daquela República.

Com todo respeito a Joinville, tenho centenas de companheiros, amigos e até familiares, a minha filha cresceu na cidade de Joinville até os 15 anos de idade, quando voltou a morar comigo. Então, tenho profundo respeito de amizade, quase parentesco com Joinville, mas essa é uma questão evidentemente que prevalece, uma posição de princípios com relação a esta questão.

É preciso fortalecer, e que as entidades, as organizações trabalhem unidas e juntas. Mas se o pressuposto for que uma entidade civil pressupõe estar acima, do ponto de vista do direito, do poder de polícia, que a instituição pública constitucionalmente responsabilizada e responsabilizável por esse serviço, aí de fato não vai ter acordo. Não vai poder ter uma boa relação.

As pessoas podem se relacionar e as pessoas se relacionam bem entre si, as pessoas que compõem as duas instituições, as duas organizações, mas há um

choque jurídico, evidentemente que haverá esse choque jurídico.

Então, na nossa avaliação, é preciso aplaudir aqueles que criaram o bombeiro voluntário de Joinville numa época que o estado não oferecia nenhum serviço nesta área. A colonização alemã que lá construiu a maior cidade de Santa Catarina, constituiu isso num período em que existia um vácuo, inclusive legal e constitucional.

Mas a Constituição de 88 estabeleceu regras, estabeleceu princípios de ordenamento jurídico da sociedade e dos órgãos dos poderes do estado, e das instituições públicas, e da relação com o mundo da sociedade civil.

Estabeleceu isso, e os constituintes que estavam lá de 86 a 88, em Brasília, no Congresso Constituinte, ou não viram ou viram e acharam que não tinha problema. Mas foi definido na Constituição de 88. Aliás, princípio que eu, da minha parte, considero justo, adequado, inclusive para a manutenção da integridade nacional, da integridade e do ordenamento jurídico, do ordenamento da sociedade.

E aí então as coisas são, a meu ver tem essa profundidade, no mais eu quero que o bombeiro voluntário tenha muitas condições de realizar cada vez melhor o serviço que já faz. Onde tem uma estrutura razoável, realiza um excepcional serviço. E a gente vê em outras cidades que, infelizmente, chega a dar pena porque está lá perigando de cair o quartel em cima das pessoas que estão trabalhando, em algumas cidades de Santa Catarina, inclusive no norte, no planalto norte, em algumas cidades que já fiz referência aqui.

O Bombeiro Voluntário de Itaiópolis está de uma forma que quem vê fica compadecido, porque não tem a menor estrutura. Evidentemente o estado tem que ir lá ajudar, tem que ir lá também com o bombeiro militar realizar o seu serviço, porque da forma que está não consegue fazer o seu trabalho.

E daí, se vai ter poder exclusivo aquele, infelizmente, a sociedade está impedida de ter o acesso. O estado, o poder público, é responsável por garantir a Itaiópolis o atendimento nos

serviços de bombeiro. E se tiver uma entidade lá que possa auxiliar neste trabalho de forma mais permanente, de forma mais presente, mais cotidianamente, parabéns! É bom também e necessário.

O sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Agradeço. V.Exa. é muito elegante nas suas posições, mas eu quero dizer que as atitudes de algumas pessoas não vão ao encontro daquilo que v.exa. fala.

É claro, nós não vamos ficar aqui a discutir eternamente sobre isso, mas pode estar convencido, é também um ponto de vista pessoal, de que há uma necessidade de nós ultrapassarmos algumas questões para convergir na linha que v.exa. apresenta também.

Não é possível, numa escassez de recursos pessoais e financeiros que nós temos, que a gente assista disputas por territórios, como se nós estivéssemos a discutir se lá é mais importante estar esta ou aquela instituição, quando alguma delas já está funcionando bem.

Esta é a questão que talvez mereça uma avaliação.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Com certeza prosseguiremos este debate, eu também acho que tem que se tomar postura mais razoável para melhor atendimento da população. Em qualquer hipótese, respeitar a história da colonização que construiu aquele bombeiro na cidade de Joinville.

Na verdade, tenho outra questão para tratar, que é a mobilidade urbana e a mobilidade em geral, um assunto que esteve na pauta dessa manhã de quarta-feira, a respeito das ferrovias, que aplaudi e concordo plenamente com o que foi dito aqui pelo deputado Eni Voltolini.

Temos hoje ausência de transporte coletivo aqui em Florianópolis, em função disso, gastei 1h45 para andar 15km até chegar aqui nesta Assembleia. Mas gostaria de dizer que historicamente os governos nas últimas seis

décadas, desde a morte de Getúlio, com as ressalvas necessárias ao getulismo, todos os governos posteriores desprezaram olímpicamente a ferrovia como meio de transporte de carga e de passageiros neste país. Mas, se possível, à tarde quero retomar este debate.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Sargento Amauri Soares, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Silvio Dreveck.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Eu até gostaria de compartilhar com o deputado Silvio Dreveck a menção da presença, aqui nesta Casa, de pessoas que ambos conhecemos, o presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, Renato Gurtinski, e o vereador de Canoinhas, José Carlos Pangratz, que estavam conosco até poucos minutos atrás, trabalhando em nome do município de Canoinhas, aqui em Florianópolis, e vieram também prestigiar esta sessão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Eni Voltolini, com a palavra, o sr. deputado Silvio Dreveck, pelo tempo de até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente. Senhores deputados, deputado Sargento Amauri Soares, deputado Eni Voltolini, deputado José Milton Scheffer, deputado Dirceu Dresch.

Apenas para contribuir um pouco, deputado Eni Voltolini, com a sua fala sobre o sistema modal de logística, ou seja, o transporte, o deputado Sargento Amauri Soares também fez uma manifestação a respeito das nossas ferrovias no Brasil, e o fato é que v.exas. falaram com muita propriedade, que esse é um assunto que tem pautado,

principalmente aqui nesta Casa, o deputado Dirceu Dresch também, que já fez várias manifestações e vários debates sobre o assunto, mas temos que reconhecer que perdemos espaço para o estado do Paraná, infelizmente, e o nosso projeto está muito lento. Tenho em minhas falas, deputado Eni Voltolini, dito, repito e acredito, que para a implantação ou para a construção das ferrovias, na minha avaliação, o governo federal terá que fazer o modelo de concessão como existe em outros países em que o empreendedor possa acreditar no seu retorno também e, evidentemente, o governo tem que ter o controle das tarifas, do sistema financeiro, em outras palavras, para que haja o equilíbrio por parte do investidor e também possa ter retorno desse investimento.

Temos acompanhado nos últimos tempos que no governo federal ou nos governos de modo geral que os recursos fazem falta para a saúde, para a educação, segurança e também para o transporte público, que merece investimentos dos governantes. Digo transporte público com relação ao transporte coletivo ou aquele que se faz nas áreas urbanas.

Portanto, é um tema que merece seqüência ao nosso debate.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Concedo um aparte ao deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Silvio Dreveck, quero agradecer a v.exa. e parabenizá-lo, como também ao deputado Eni Voltolini, porque trazem à pauta o tema das rodovias. É importante que este Parlamento tome também a sua posição e faça, inclusive, a sua mobilização.

Nós temos um grande problema no Brasil porque investimento em ferrovia é muito alto, é mais fácil fazer parceria para construir uma rodovia, que tem um custo mais baixo, porque o custo da Ferrovia da Integração, imagino, deve passar de R\$ 5 bilhões.

Então, não é fácil buscar parceria público/privado, pois são investimentos a longo

prazo. O governo está buscando isso em algumas coisas, já tivemos licitações para fazer a ferrovia rápida de São Paulo ao Rio de Janeiro, é o terceiro leilão e nenhuma empresa se cadastrou para participar no processo de construção dessa ferrovia.

Então, o estado brasileiro tem que construir, não tem jeito, se quiser ferrovia esse é o papel do estado, mas em relação à concessão é outra discussão, aí sim, temos já experiência no andamento, inclusive no Brasil, e o segundo ponto refere-se aos recursos. Esse foi um grande gargalo, pois o Brasil tem necessidade de recursos, há um grito da sociedade para investir mais em educação, saúde, e está se buscando recursos e aí a infraestrutura acaba ficando para trás. Isso, claro, todo o país paga o custo.

Mas, quero, finalmente, dizer que o processo técnico de licitação está na reta final. Tivemos vários problemas jurídicos de empresas que entraram com ação judicial, o próprio Tribunal de Contas da União entrou com uma ação para obter mais esclarecimentos, mas tudo foi resolvido e agora, até julho, deve terminar o processo de licitação do projeto técnico para que a empresa escolhida possa iniciar o trabalho.

Então, são passos lentos, mas as coisas estão andando. Havendo uma decisão política do governo é importante voltar em investir em ferrovia no Brasil.

Agradeço, deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado Dirceu Dresch! Evidentemente que somo a sua fala ao meu pronunciamento, porque é um assunto que merece muito debate e com profundidade.

V.Exa. citou o transporte de massa, ou seja, de passageiros do Rio de Janeiro a São Paulo. De fato, lá é um problema porque a expectativa desses empreendedores fica, no mínimo, a dúvida se haverá passageiros para dar retorno ou se o transporte aéreo ainda está na frente?!

Além disso, o nosso transporte aqui evidentemente está mais voltado ao transporte de

carga, que já muda um pouco esse modelo de transporte. No entanto, vale aprofundar o debate, porque, talvez, o próprio governo federal pense em um modelo que seja mais atrativo para os empreendedores.

Mas, sr. presidente, vamos falar também de algumas coisas boas do nosso estado. Eu gostaria de ressaltar, deputados Eni Voltolini e José Milton Scheffer, que são dois profissionais voltados a essa área da agricultura, do meio rural, que o estado de Santa Catarina continua sendo o único estado com certificação, ou seja, o estado como área livre da Febre Aftosa sem vacinação.

Reconhecido, mais uma vez, na 82ª Assembleia Anual da entidade que ocorreu em Paris - e a resolução deverá ser publicada no dia de amanhã, portanto, 29/05/2014 -, com oito estados liberados para comercializar, mas com a vacinação, quer dizer, O estado de Santa Catarina continua sendo único sem vacinação.

O que quero destacar aqui, Eni Voltolini, é que esse trabalho, a longo prazo, foi feito com alterações de governos de diferentes cores partidárias, mas todos deram uma sequência a esse grande programa, a esse grande trabalho que os profissionais da Cidasc fizeram ao longo do tempo, e que hoje a população de Santa Catarina está colhendo os frutos, ou seja, o resultado dessa dedicação, do empenho, da seriedade com que o governo de Santa Catarina tratou esse assunto ao longo dos anos e não diferente pelo atual governo que deu todo o apoio, um tratamento específico nesta questão.

Portanto, é um diferencial que Santa Catarina tem. É por isso que outros países procuraram o estado de Santa Catarina para adquirir produtos de carne suína, bovina e aves, especialmente a carne bovina e suína por estarem livres da Febre Aftosa sem vacinação.

Assim, esta proteção é um patrimônio que Santa Catarina tem e que deve continuar nesta mesma direção, mantendo esta condição e repito que temos que enaltecer e reconhecer que isso só foi

possível porque foi uma política do estado que está pautada exatamente na nossa empresa Cidasc, e que certamente se não fossem esses profissionais, pois muitas vezes fomos até criticados por adotar esse sistema de controle, com as barreiras sanitárias por outros estados, que não se poderia transportar, enfim, tudo isso foi superado e hoje estamos com essa condição favorável no mundo dos negócios, principalmente pelos países importadores, que têm essa preferência por Santa Catarina, não apenas pela beleza, mas também por ter essa condição favorável.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero, presidente, cumprimentar o deputado Silvio Dreveck pelo seu pronunciamento, fazendo referência a toda questão sanitária de Santa Catarina.

Quero lembrar que esse trabalho iniciou lá atrás com a antiga Acaresc, e temos hoje, inclusive na liderança do nosso partido, Rubens Faraco, que era funcionário da Acaresc, hoje já aposentando prestando assessoria na bancada do Partido Progressista na Assembleia.

Mas, acima de tudo, dizer que essa condição sanitária é realmente fruto do trabalho dos técnicos catarinenses ao longo desses anos, dos produtos rurais e de diversos governos que passaram, sempre priorizando essa questão.

Hoje, mais uma vez, quando a OMS novamente reconhece o estado de Santa Catarina como um estado livre de Febre Aftosa sem vacinação cria para todos nós, produtores de Santa Catarina, uma situação diferenciada e merece muito bem o depoimento do deputado Silvio Dreveck que é uma homenagem desta Casa para todos os atores que deram ao nosso estado esta condição que nos permite exportar para todos os países do mundo a

nossa carne livre de Febre Aftosa com uma condição sanitária diferenciada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, todos que nos acompanham, quero trazer a esta tribuna um tema que já foi tratado por várias vezes aqui, que é o da Rodovia-283, que liga o município de Chapecó ao município de São Carlos.

Estou inclusive estranhando muito essa demora de se investir recursos na recuperação daquela rodovia. Nós fizemos inúmeras mobilizações, inclusive de motoristas de ambulância no município de Planalto Alegre. Tivemos mobilização na ponte que liga o município de São Carlos a Águas de Chapecó, que passa pelo Rio Chapecó e a informação que temos é de que novamente os recursos que tinham perspectivas de chegar e serem investidos naquela rodovia, não vão mais vir. Tivemos uma situação da Barragem da Foz de Chapecó, onde os caminhões que levavam os equipamentos para a construção da mesma contribuíram muito nos prejuízos da estrutura da rodovia.

Portanto, não temos tido os investimentos necessários por parte do governo de Raimundo Colombo e dos nossos secretários que inclusive são do oeste, como o secretário Cobalchini, nosso colega deputado, secretário João Carlos, de São Lourenço, que assumiu o Deifra. Por isso, estamos aqui, mais uma vez, com essa pauta. Essa é uma região importante de Chapecó para o extremo oeste catarinense, toda essa costa do Rio Uruguai e do Rio Chapecó e de inúmeros municípios que dependem daquela rodovia.

Então, nada mais justo que a sociedade novamente se mobilize e chame a atenção para essa situação preocupante naquele trajeto da rodovia, depois de tantos investimentos, de tantos recursos federais que o estado recebe, mais de R\$ 11

bilhões, que estão sendo aplicados aqui em diversos programas. Um desses programas diz respeito às rodovias estaduais. A presidente Dilma foi sensível com Santa Catarina para ajudar nas obras que precisam ser feitas em nosso estado, que tem um povo que luta, que trabalha, que produz e que contribui com o desenvolvimento do nosso país e precisa ter os seus devidos retornos.

Então, mais uma vez, quero cobrar aqui e dizer que vamos estar juntos na mobilização. Estivemos nas outras duas e vamos estar de novo. Cobramos aqui desta tribuna por inúmeras vezes esses investimentos que têm que ser feitos naquela rodovia. Certamente queremos que não aconteça, mas como já aconteceu em vários momentos, acidentes graves naquela rodovia e vamos ter outros, porque o movimento é grande, pois ela liga toda uma região produtora, como a de Itapiranga e São João do Oeste, que quando se desloca para Chapecó usa essa rodovia. Assim sendo, queremos aqui chamar a atenção e cobrar novamente do governador os investimentos que precisam ser feitos na Rodovia-283, que liga os municípios da região do oeste ao extremo oeste pela divisa do Rio Grande do Sul, na bacia do Rio Uruguai.

O segundo tema que quero trazer é sobre o belo evento que fizemos na última semana aqui na Casa, que é o 5º Sustentar 2014, que reuniu mais de 30 palestrantes, os melhores nessa área de energias renováveis e consumo responsável. Foi o primeiro seminário de agricultura urbana. E por que a agricultura urbana está sendo discutida junto com o sustentar? Porque além de produzir alimentos de qualidade, são organizações e entidades que usam o lixo orgânico para produzir alimentos nas comunidades carentes de Santa Catarina. Temos várias cidades como Balneário Camboriú, como São José e precisamos ter políticas públicas, precisamos ter investimentos nessas experiências como a Revolução dos Baldinhos aqui na cidade de São José.

Então, quero agradecer todas as entidades, a esta Casa, à comissão de Economia, Minas e Energia, presidida pelo deputado José Milton

Scheffer, que deu todo o apoio. E quero agradecer a todos, em nome do curso de Engenharia Bioenergética, da Unoesc, de Xanxerê, que esteve participando com 40 estudantes e com lideranças nesses dois dias de debates aqui na Casa. Em nome de todas as entidades que participaram, quero agradecer.

Quero aqui registrar que o Sustentar 2014 propôs o fomento como energia alternativa, o consumo responsável e os orgânicos. Propôs também adequar à legislação estadual e nacional para fomentar a produção de energias alternativas, sobretudo a mini e a micro geração. Estimular o consumo responsável dos recursos naturais nos processos industriais e agrícolas e a locação de recursos em programas no campo e na cidade de produção orgânica e agroecológica. Esses são os principais pontos da Carta do 5º Sustentar, divulgada na tarde de sexta-feira, dia 23, durante o encerramento do 5º Fórum de Energias Renováveis, Consumo Responsável, Agricultura Rural e Urbana, que aconteceu aqui na Assembleia Legislativa.

Eu quero aqui em nome de um palestrante, que é da Udesc que disse o seguinte: Precisamos ousar mais e envolver o conjunto da sociedade no debate da sustentabilidade. Referindo-se ao aumento da demanda de energia de alimentos. Segundo ele, até 2040 os países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, vão consumir 56% a mais de energia. O problema é a fonte dessa energia, ponderando que em 2012, cerca de 42% da energia consumida no Brasil foi obtida de fontes renováveis. O Brasil tem uma grande fonte de energia renovável, isso precisa ser cada vez mais explorado.

Então, em nome do engenheiro Alessandro, da Udesc, quero aqui cumprimentar todos os palestrantes e entidades que participaram desse grande evento que, com certeza, vai trazer muitos elementos para o debate e também para as novas propostas de legislação em Brasília, nas Câmaras de Vereadores e para o debate da sociedade.

Então, quero novamente falar da importância desta Casa em promover debates como este e

contribuir com a sustentabilidade, com o futuro do nosso planeta e da nossa humanidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, às 14h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.